

Gramsci e Maquiavel: Diálogos e re-significações

Marcelo Monteiro dos Santos

Próximo de completar cinco séculos desde a primeira publicação do mais famoso livro do pensador florentino, *De Principatibus*, iniciamos nosso texto com uma questão que iremos perseguir ao longo de todo este trabalho: o que fizeram os inúmeros intelectuais que elaboraram teses sobre o pensamento político de Maquiavel? Estavam empenhados em explicá-lo? Entendê-lo? Ou o re-significaram, dando a ele dimensões que extrapolam o texto de Maquiavel? Nossa hipótese é que Maquiavel foi ressignificado dentro de suas inúmeras linhas interpretativas ao longo do tempo. Para mostrar e comprovar nossa hipótese estabelecemos um recorte temporal que engloba o último século. Autores que em algum momento do século XX se ocuparam das teorias políticas de Maquiavel.

Realizaremos a construção de um ideário político, na medida em que analisaremos o pensamento maquiaveliano tomando como ponto de partida alguns conceitos que figuram em suas obras. Elegemos para esta pesquisa trabalhar as definições de liberdade e república, sendo a primeira parte constitutiva da segunda.

Antonio Gramsci e Nicolau Maquiavel são autores latinos que compartilharam, além do interesse pela política, o território da península Itálica. O segundo quando esta ainda era um mosaico de repúblicas e principados independentes, o primeiro quando já unificada sob a bandeira de um país único a mesma península ainda sofria com a divisão entre Norte e Sul, por interesses outros, mais de quatro séculos depois de Maquiavel ter pensado uma península unificada seu desejo ainda não se realizara plenamente.

Nascido na Sardenha, Gramsci desponta no cenário europeu do início do século XX como um sóbrio pensador de esquerda, profundamente preocupado com as questões sociais da Itália que vê, como de maneira geral em todo o mundo, a emergência da sociedade de massas e de governos autoritários e totalitários. Ingressa no PSI (Partido Socialista Italiano) e posteriormente no Partido Comunista Italiano. O motivo de sua

saída do PSI deve-se a divergências sobre as interpretações dos escritos de Marx levado a cabo pela II Internacional. Para ele “o essencial do pensamento de Marx não é o determinismo econômico, mas sim uma filosofia da práxis: uma concepção segundo a qual não é a economia, mas sim a práxis humana, a vontade subjetiva, o verdadeiro motor da história.” (Coutinho, 1981, p.8). Na sua formação juvenil Gramsci percebe e constrói “uma concepção mais rica e articulada do socialismo” .

Coloca-se então na redação do L’Ordine Nuovo, propagando suas ideias socialistas. Põe-se a pensar a questão operária e faz uma longa defesa da articulação dos trabalhadores em torno dos conselhos de Fábrica. Para o pensador sardo “o Conselho de Fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do conselho.” (Ibidem, p.15). Essa ideia mostra-se não muito frutífera após a greve frustrada da classe operária de Turim. Em 1920, ele já esboça a necessidade de um partido diferente, comunista. Nossa aproximação de Gramsci para perceber como ele interpreta Maquiavel se dará por seus escritos de um momento posterior, quando por conta de sua oposição ao regime fascista de Benito Mussolini o pensador sardo será preso.

O processo de crescente fascistização do Estado chegava ao fim: instalava-se agora o sistema totalitário (Gramsci), no qual o Parlamento foi suprimido, todos os partidos não-fascistas de massa (sindicatos, associações juvenis, femininas, infantis, recreativas, etc.). Começará para Gramsci uma dura vida de martírios: preso, confinado, processado, condenado a mais de 20 anos de prisão, padecendo no cárcere de males atroz, Gramsci só será libertado em abril de 1937, poucos dias antes de sua morte, numa manobra de Mussolini para impedir que ele morresse como prisioneiro do fascismo. (Coutinho, 1981, p.61)

Feita essa digressão sobre o momento que vive o pensador sardo, passemos a sua obra escrita na prisão e fonte para nós para a interpretação de Maquiavel. É importante dizer que ao optar pela análise do pensamento gramsciano queremos começar a construção do nosso ideário político maquiaveliano pela expressão de um pensamento ligado a esquerda, daquele que se pôs a compreender a filosofia da práxis. Maquiavel, a política e o Estado Moderno, eis uma das preocupações do nosso pensador.

O cerne do pensamento de Gramsci, segundo Coutinho, é “o ponto preciso

onde me parece residir o movimento de renovação dialética dos clássicos, na obra madura de Gramsci, é o terreno da *teoria política*”.(Ibidem, p.69). Num movimento de unir teoria política e História procuremos então continuidades e descontinuidades para pensar Maquiavel a partir da leitura gramsciana. Um possível ponto de partida é compreender o “Moderno Príncipe” . Para o pensador florentino do século XVI, o príncipe seria aquele que libertaria a “Itália” , segundo ele:

Considerando, pois, tudo que foi exposto até aqui e pensando comigo mesmo se atualmente, na Itália, corriam favoráveis a um novo príncipe, e se havia matéria que desse ocasião a um homem prudente e virtuoso de introduzir nela uma forma que trouxesse honra para ele e bem a maioria dos que nela vivem, parece-me que tantas coisas concorrem em benefício de um príncipe novo que não sei de um tempo mais propício a isso” . (Maquiavel, 2010, p.134)

Em suas *notas sobre a política de Maquiavel*, Gramsci exorta que o Príncipe é um livro “vivo” , essa vida do manuscrito de Maquiavel permite a Gramsci uma (re)leitura que o levará a considerar que

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 1984, p.6)

1.1 O conceito de vontade coletiva

O desenvolvimento histórico teria então levado o príncipe a personificar-se em um organismo. Personificação que estaria garantida por uma *vontade coletiva*. A distância temporal dos textos que ora analisamos é evidente, porém ambos têm um tom de manifesto. Exatamente assim Gramsci tomará o Príncipe, como “um manifesto político” . (Ibidem, p.5). Passemos a algumas considerações sobre essa vontade coletiva que nos fala Gramsci.

A liberdade estaria garantida sobre uma vontade que fosse comum a todos,

sobre uma vontade coletiva. Podemos retornar a Rousseau em seu *Contrato Social* para uma definição de vontade coletiva ou geral. Seria a vontade racional do povo. Saffo Testoni, nos fala o seguinte:

A teoria da vontade geral é, frequentemente, relacionada com o pensamento marxista e com os seus herdeiros, enquanto que, também para estes, a sociedade livre é aquela em que todos obedecem à Vontade geral. Trata-se somente e encontrar o tipo certo de sociedade na qual o interesse egoístico coincida com o interesse geral, o egocentrismo e o apega individual aos próprios fins utilitários sejam anulados e o indivíduo se realiza na coletividade. (Testoni, In. Bobbio, 2008, p.1299).

Gramsci nos fala exatamente sobre essa coletividade que operaria no pensamento de Maquiavel, segundo ele:

O Príncipe de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do 'mito' soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva. (Gramsci, 1984, p.4)

E prossegue mais adiante

A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política. Maquiavel pretendia isto através da reforma da milícia, como os jacobinos o fizeram na Revolução Francesa. (Ibidem, p.8)

Gramsci identifica em Maquiavel um protojacobinismo. E ao utilizar como exemplo a Revolução Francesa destaca a importância de uma participação das massas para a realização da vontade coletiva. Podemos nos indagar o que movia o pensador sardo a encontrar no livro que a tradição havia relegado o epíteto de amoral e de espelho de reis conselhos ao povo? Como enxergar na teoria política maquiaveliana ideais de liberdade e participação política que fossem capazes de despertar e organizar essa vontade coletiva que nos fala Gramsci?

1.2 O Partido-príncipe

Como acima citamos Gramsci numa leitura da figura do príncipe idealizado por Maquiavel concebe que o libertador da Itália não pode mais ser um homem, uma figura humana isolada no cenário político conturbado do século XX. Para ele a necessidade de um príncipe fora substituída pela necessidade de uma organização que de conta das massas.

Afirmou-se que o protagonista do novo Príncipe não poderia ser na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político. Isto é: sempre nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido pretende (e está racional e historicamente destinado a esse fim) fundar um novo tipo de Estado. (Ibidem, p.22)

Segundo Rezende, “na perspectiva gramsciana o Príncipe é um chamado de uma construção de um novo Estado, pelo povo que o próprio Maquiavel se identifica, na forma de um ‘manifesto político’”. (Rezende, 2008, p.67). Percebemos assim a preocupação do pensador sardo com a criação de uma sociedade nova, aspirações maquiavelianas concebidas no século XVI e que ainda não se verificara efetivamente na Itália do XX. Se quisermos retornar a questão da vontade coletiva em Gramsci encontramos mais uma associação com o pensamento de Maquiavel, escreve ele:

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de aquisições e classificações pedantescas de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidade de uma pessoa concreta, tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar formas mais concretas às paixões políticas. (Gramsci apud Rezende, 1978, p.34).

Paixão política. Isso move os nossos dois pensadores. Política pensada de forma positiva e como motor transformador da história. No processo de resignificação de Maquiavel, Gramsci opera não de forma anacrônica, mas dialogando com um interlocutor que compartilha um lugar comum e concepções políticas comuns, embora distantes temporalmente e em contextos históricos diferentes. Ainda sobre a questão do partido-príncipe ele alerta que

Para se traduzir em linguagem política moderna a noção de príncipe, da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: “Príncipe” poderia ser um chefe de Estado, um chefe de governo, mas também um líder político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; nesse sentido, em linguagem moderna, a tradução de “Príncipe” poderia ser “partido político”. (Gramsci apud Rezende, 1978, p.102).

Dessa forma, concluímos que

O partido político é o moderno príncipe das sociedades complexas da modernidade, organizadas institucionalmente em torno do princípio da divisão do trabalho. É nas sociedades divididas funcionalmente, entretanto, que o moderno príncipe não funda uma nova ordem política ou uma nova sociedade, mas *restaura e reorganiza* a sociedade nos termos de sua base, não nos termos da fundação. O moderno príncipe pauta-se por uma ação de reconstrução intelectual e moral, que se sobrepõe à estrutura econômico corporativa da modernidade através da constituição de uma nova estrutura de trabalho. (Filgueiras, 2007, p.3)

O moderno Príncipe de Gramsci tem uma dupla função na sociedade moderna: organizar e propagar uma reforma moral e intelectual. Isto é, garantir o desenvolvimento de uma vontade coletiva que concorrerá para emergência de uma nova sociedade, uma forma superior de civilização moderna (Gramsci, 1984).

1.3 A política em Maquiavel: atividade autônoma?

Começaremos por uma breve conceitualização do termo política. Entendemos esse, tal como Abbagnano (2007), como “arte e ciência de governo” nas definições de Platão e Aristóteles. Esse último assim a define como “um terceiro ramo de investigação [...] aquele que considera de que maneira surgiu um governo e de que maneira, depois de surgir, pôde ser conservado durante o maior tempo possível”. (Aristóteles apud Abbagnano, 2007, p.901). Maquiavel ao escrever sobre política - ou melhor, como podemos entender sua visão sobre a política já que o pensador florentino, na interpretação de Gramsci, nunca chegou a elaborar uma teoria da política - seguindo a tradição aristotélica (retornaremos a essa discussão sobre a influência do filósofo grego sobre Maquiavel no terceiro capítulo) nos diz que:

[...] sendo minha intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais conveniente ir direto a verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela. E não foram poucos os que imaginaram repúblicas e principados que nunca se viram nem se verificaram da realidade. Todavia a distância entre como se vive e com o se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação: porque o homem que quiser ser bom em todos os aspectos terminará arruinando entre tantos que são bons. Por isso é preciso que o príncipe aprenda, caso queira manter-se no poder, a não ser bom e a valer-se disso segundo a necessidade. (Maquiavel, 2007, p.97-98)

Ao interpretar Maquiavel, Gramsci nega que o florentino tenha construído uma *teoria da política*. Para o pensador sardo “Maquiavel não pode ser concebido como um cientista político [...] como fazia a tradição aristotélica e platônica, uma vez que seus escritos não têm o alcance nem a pretensão de explicar a política em todos os tempos” . (Martuscelli, 2008, p.28). Dessa forma, ele irá situá-lo no tempo.

É necessário considerar mais Maquiavel como expressão necessária do seu tempo e estreitamente ligado às condições e as exigências de sua época, que resultam: 1) das lutas internas da república florentina e da estrutura particular do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunais-municipais, isto é, de uma forma estorvante de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que era dificultado pela existência do Papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal urbana e não territorial; 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu, ou seja, das contradições entre as necessidades de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia. (Gramsci, 1984, p.15)

Negar a universalidade do pensamento maquiaveliano não significa para Gramsci, acreditamos nós, diminuir a contribuição do florentino para a ciência política. Ao situá-lo, este pode lançar-se num longo diálogo com um conterrâneo que havia pensado há quatro séculos e apontado o caminho para a “salvação da Itália” . Segundo Martuscelli, Gramsci pensará a política em termos relativos e não absolutos: “evidencia, a partir da obra de Maquiavel, que a política deve ser concebida como atividade que subordina a moral, a religião e a questão militar e, justamente por isso,

não pode ser considerada uma atividade autônoma” . (op. cit. p.29). Ele propõe uma análise da política a partir de um deslocamento que a retire de uma posição subordinada para uma posição capital em relação às demais esferas sociais. Assim, poderia operar uma ultrapassagem “do nível dos interesses imediatos e particulares e que, portanto constitui o momento da liberdade, dos interesses universais [...] para tornar possível a fundação do momento ético-político” . (Idem, p.30).

Segundo Kanoussi, quando

[...] define, pois, a autonomia da política em termos relativos, e não em termos de autonomia absoluta em relação à moral, à religião, à questão técnico-militar, Gramsci observa que a política deve ser pensada numa relação dialética ou de identidade com a filosofia. (Kanoussi apud Martuscelli, 2008, p.29).

Sobre o momento “ético-político” na visão de Martuscelli, contrastando autores como Coutinho (1981), este seria uma visão positiva de Gramsci sobre “a ação política fundadora do momento dos interesses universais [...]” (2008, p.29).

Esse trabalho não é de modo algum conclusivo. Propomos pensar a relação entre Gramsci e Maquiavel pela chave da re-significação, tentando compreender como o pensador sardo se aproxima dos escritos políticos de Maquiavel e que uso faz do mesmo no contexto político do início do século XX. Como pano de fundo ainda figura as múltiplas interpretações que os textos clássicos oferecem ainda nos dias de hoje.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOBBIO, Noberto et. al. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UNB, 2008.
- COUTINHO, Nelson. **Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1984.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.
- MATURSCCELLI, D. Enrico. **Gramsci e Althusser como críticos de Maquiavel**. Revista de Sociologia Política, Vol. 16 agosto de 2008.
- SILVA, RICARDO. **MAQUIAVEL E O CONCEITO DE LIBERDADE EM TRÊS VERTENTES DO NOVO REPUBLICANISMO**. RBCS, VOL. 25 Nº 72 FEVEREIRO DE 2010.